



ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

CURSO

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

Reitor

Pasqual Barreti

Vice-reitora

Maysa Furlan

Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

Leonardo Lemos de Souza

Ana Maria Klein

Ouvidoria Geral da Unesp

Claudia Maria de Lima

Elaboração do conteúdo do curso “Estratégias de Enfrentamento à LGBTQIAP+Fobia”

Grupo de pesquisa PsiCUQueer - Psicologia, Cultura e Coletivos Queer

Projeto de Extensão Clinic@rte - Atuação clínica mediada pelas técnicas expressivas no SUS

Fernando Silva Teixeira Filho

Alana Carolina Prestes

Ana Beatriz Santana Ferreira

Augusto da Silva Neves

Barbara Maria Carvalho

Enrico Barbaresco Rodrigues

Isabela Sherazade Santos de Abreu

Isadora Dias Payão Ortiz

Júlia Martins

Laura Gragnani Alves

Leiza Beatriz Gomes

Luana Louize Silva Ferreira

Luana Oliveira Santos

Luiz Henrique Callovi Balarin

Marcelo Martins Silva

Renato Presoto

Vinicius Roberto Balbo

Equipe de produção e editoração de videoaulas

Letícia Passos Affini

Gabrielle Cabral Silva

Gabriel Caruso Galindo

Elvis Sarmiento

Rene Rodrigues Lopez

Carla Araujo de Souza

Thais Marcuz Taldivo

Felipe Tristão

Paulo José Prestes

José Siqueira

Design Gráfico e diagramação

Carla Araujo de Souza

Revisão

João Paulo Zanette

Lívia Pizauro Sanchez

Implementação e Hospedagem dos cursos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

CDeP3 - Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas - Unesp

Apoio

Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura - PROEC

Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD

Pró-reitoria de Pós-graduação - PROPG

Pró-reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão - PROPEG

Pró-reitoria de Pesquisa - PROPe

Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp

Agradecimentos

TV Unesp

Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design - FAAC

CURSO

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

UN58c Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp),
Grupo de Pesquisa PsiCUQueer – Psicologia, Cultura e Coletivos
Queer.

Curso estratégias de enfrentamento à LGBTQIAP+Fobia /
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp),
Grupo de Pesquisa PsiCUQueer – Psicologia, Cultura e Coletivos
Queer ; elaboração, Fernando Silva Teixeira Filho [et al.]. - São
Paulo : Unesp, 2023.

42 p.: il. color. ; Recurso digital.
ISBN: 978-65-998490-4-6

1.Pessoas LGBTQIAP. 2.Direitos dos homossexuais. I.
Teixeira Filho, Fernando Silva. II. Título.

CDD – 306.76

Ficha catalográfica preparada pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

São Paulo
2023

Índice

APRESENTAÇÃO	7
CONCEITOS BÁSICOS	10
LGBTQIAP+FOBIA NO BRASIL	19
ENFRENTAMENTO À	
LGBTQIAP+FOBIA	22
BIBLIOTECA	26
MIDIATECA	29
A QUEM RECORRER?	37
SOBRE A AUTORIA	40

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, em sua história recente, tem desenvolvido ações voltadas ao debate e à promoção de ações e políticas afirmativas (reserva de vagas, cotas, políticas de permanência estudantil), bem como a valorização de ações de combate às formas de discriminação e violências na Universidade com base nos princípios dos Direitos Humanos.

Em março de 2021, a vice-reitoria constituiu a Assessoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, a qual foi institucionalizada como Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, Caadi, por meio da Resolução nº 7, de 26/01/2022.

A Caadi, coordenadoria vinculada à vice-reitoria da Unesp, tem a Missão de promover políticas e ações que garantam a inclusão e a participação de todas as pessoas da comunidade acadêmica para a convivência enriquecedora e o respeito à pluralidade de formas de ser, pensar e viver. Torna-se indispensável, na realidade atual, garantir oportunidades sociais, convivência e interações harmoniosas, justas e respeitadas entre pessoas e grupos com identidades distintas, plurais, variadas e dinâmicas. Inseparável de um contexto democrático, a convivência universitária alimenta o estabelecimento de uma cultura de Direitos Humanos na sociedade.

As ações desenvolvidas pela CAADI fundamentam-se no respeito aos Direitos Humanos e na sua promoção, tendo como valores centrais: dignidade humana, valorização das diversidades humanas, equidade, respeito e promoção das diferentes expressões humanas e culturais.

A Caadi tem na diversidade humana o foco das suas ações. Compreendida como as possibilidades humanas de ser, pensar e viver, a diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Acolher a diversidade é garantir que as diferentes expressões humanas e culturais tenham seu espaço respeitado, coexistindo respeitosamente.

Diversidade é um valor que tem conquistado presença frequente no contexto educacional e social. Em oposição à universalidade, à uniformidade ou à unicidade, a diversidade passa a ser reconhecida ao mesmo tempo como um valor e como característica constituinte dos grupos institucionais e da sociedade. Cada vez mais, grupos sociais invisibilizados e subalternizados passam a assumir protagonismo e marcar presença nas instituições sociais e educativas. Movimentos sociais organizados têm um importante papel na luta desses grupos para o reconhecimento de direitos e a garantia do acesso à educação de qualidade, laica e gratuita. Nossa compreensão de diversidade, portanto, toma-a como princípio constituinte

da sociedade, considerando as desigualdades e seus processos de exclusão que colocam pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade, de precariedade e de violência.

Nas instituições educativas que têm como missão a inclusão e o acesso de todas as pessoas à educação de qualidade, a diversidade é um valor central que reconhece os direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade e invisibilizados por uma sociedade cujo projeto de cidadania desconsidera as dimensões estruturais que sustentam a invisibilidade, a subalternização e a precarização das vidas.

Tendo a diversidade como pressuposto para sua atuação, compete à Caadi elaborar, planejar, mapear, identificar, diagnosticar, acompanhar e avaliar políticas, culturas e práticas que tenham por objetivo a efetivação de políticas e ações afirmativas voltadas à promoção de direitos humanos, da equidade de gêneros, da inclusão e do respeito às diversidades, bem como ao enfrentamento e à prevenção de todas as formas de violência na Universidade Estadual Paulista, por meio de ações articuladas com as pró-reitorias, coordenadorias, assessorias, ouvidoria e comissões institucionais.

Dentre as dimensões de atuação da CAADI destaca-se a educativa, cujas linhas de ação incluem a produção de referências para a construção e efetivação de práticas formativas da comunidade de discentes e de servidores (docentes, técnico-administrativos e terceirizados) visando relações inclusivas e de respeito às diversidades pautadas pelos direitos humanos.

Nesse sentido, a CAADI coordenou a elaboração, produção e efetivação de **cinco cursos sobre diversidades** com caráter formativo destinados a toda a comunidade unespiana. Os cursos representam um trabalho articulado e conjunto de grupos e núcleos de pesquisa, Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas da Unesp, docentes, estudantes da graduação e pós-graduação, ouvidoria e pró-reitorias da Unesp.

Os cursos que integram esta ação formativa são:

1. Racismo e Educação antirracista;
2. Introdução aos Direitos Humanos;
3. Estratégias de enfrentamento à LGBTQIAP+fobia na Universidade;
4. Gênero, Feminismos e Violência;
5. Capacitismo X Inclusão.

Todos os cursos estão organizados em módulos que abordam a temática de maneira introdutória e contextualizada na realidade brasileira, propondo práticas educativas e inclusivas importantes para pautar as relações interpessoais e institucionais, além de apresentarem a ouvidoria da Unesp como um canal de acolhimento e denúncia de violação de direi-

tos na universidade. Cada módulo traz algumas questões em formato quizz visando à revisão dos conceitos apresentados. Além disso, os cursos trazem indicações de leituras, filmes e vídeos, possibilitando o aprofundamento dos temas.

Convidamos a todas, todos e todes a participarem dos cursos!

Leonardo Lemos de Souza

Ana Maria Klein

Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

CONCEITOS BÁSICOS

MÓDULO 1

CONCEITOS BÁSICOS

“A identidade homossexual não é dada. Constrói-se aos poucos e nem sempre se expressa da mesma maneira: muda de acordo com o contexto imediato e os momentos da vida. O homossexual, portanto, não é homossexual do mesmo modo que o heterossexual é heterossexual. Suas relações com os outros e com ele próprio são muito diferentes; nesse sentido, poderíamos dizer que o homossexual vive em um universo interior muito diferente, e que, na maior parte do tempo, não se vê do lado de fora. Muitos tentam, de fato, se tornar invisíveis e passar por heterossexuais aos olhos da sociedade, de sua família e de seus amigos. Isso afeta inevitavelmente seu modo de ser no mundo.”

Maria Castañeda

O que significa a sigla LGBTQIAP+?

O acrônimo, ou sigla, indica as várias identidades sexuais e de gênero que diferem da heterossexualidade e das identidades cisgêneras a ela correspondentes. O mais comum é encontrarmos a sigla LGBT. Ela representa as identidades de pessoas que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros/as/es¹.

O movimento LGBT, que luta pela igualdade de direitos em relação aos que são garantidos às pessoas cisheterossexuais, recentemente agregou outras identidades ao acrônimo. Assim, não será incomum encontrarmos a grafia LGBTQIAP+.

O que significam as letras acrescidas? Elas agregaram a essa causa as pessoas que se identificam como queer ou estão em questionamento da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, bem como as pessoas intersexo, assexuais, agêneros ou arromânticas e pansexuais. Além disso, “+” indica a inclusão, na sigla, de qualquer outra minoria que não tenha sido representada pelas demais letras.

O que é (cis)gênero?

Cisgeneridade indica a condição da pessoa cisgênero, aquela que se identifica como pertencente ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer, o que é feito a partir do sexo biológico da criança. Assim, por exemplo, uma pessoa que nasce

¹ Ver “LGBT? LGBTQIA+? Qual a sigla LGBT correta? Explicando cada letra! - Põe Na Roda”. Link: <https://youtu.be/SOXXjyB8OtM>.

com pênis tem o gênero atribuído de homem. Se ela se identificar com essa categoria, assumirá os papéis e padrões sociais atribuídos ao que chamamos de masculino, materializados em gestos, atitudes, crenças, roupas, modos de expressar sentimentos, atração sexual, dentre outros.

O que é identidade de gênero?

Anteriormente, acreditava-se que o gênero fosse definido pelas atribuições sexuais, isto é, pelo sexo biológico. Desse ponto de vista, gênero poderia ser usado como sinônimo de sexo. Assim, uma pessoa nascida com útero seria “naturalmente” uma mulher e uma pessoa nascida com pênis seria “naturalmente” um homem. Em outros termos, o sexo (anatômico e/ou cromossômico) definiria o gênero e, essencialmente, explicaria as diferenças de comportamento, de atitudes, de crenças e de expressão de sentimentos entre homens e mulheres.

Em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir publicou o famoso livro “O segundo Sexo”, contestando, pela primeira vez, o entendimento da diferença dita natural entre os gêneros. Adepta do existencialismo, ela afirmou que não se nasce mulher (essência), mas torna-se (existência)¹. Assim, ela aponta que as desigualdades sociais entre homens e mulheres não se justificam pela “essência” de suas diferenças anatômicas/sexuais, mas sim pela existência da história das relações entre os gêneros.

Já nos idos de 1950, com o psicólogo e sexólogo John William Money e o psiquiatra Robert Stoller, essa conceituação mais ampla de gênero passou a ser incorporada no discurso médico-científico, deixando de ser considerado como mera consequência do sexo biológico para passar a ser compreendido como um processo psicológico de identificação, em interação com a sociedade. Para eles, o gênero não se reduz às diferenças anatômicas, hormonais e/ou cromossômicas, mas é uma construção sociopsicológica que regula o significado do que é ser homem ou ser mulher - uma questão de reconhecimento pessoal, atribuição social e/ou determinação legal baseadas em identificações².

Na década de 1990, a historiadora Joan Wallach Scott demonstra que gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo, no caso, a forma primária de significação das relações de poder”³. Ela observa, assim, que, apesar dos avanços científicos, o gênero é ainda um

1 Beauvoir, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

2 Essa questão é bem debatida por Mariza Corrêa em seu texto “Não se nasce homem”, apresentado no Encontro “Masculinidades/Feminilidades”, nos “Encontros Arrábida 2004”, Portugal.

3 Scott, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, 20(2): 71:99, 1995.

fator central de organização social e de distribuição de poder entre os sexos. Nesse sentido, a filósofa americana Judith Butler afirma que “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”.¹

Quais são as identidades de gênero?

Baseando-se na definição de identidade de gênero como um efeito da identificação fundamentada na autopercepção, no sentimento e na subjetivação de cada pessoa, que determinará a forma como ela se expressa socialmente, podemos encontrar três tipos identidades de gênero mais conhecidas socialmente, a saber:

Cisgênero: pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, a saber: homem/masculino ou mulher/feminino. Como vimos, esse gênero atribuído deriva da condição genital, cromossômica e/ou hormonal do sexo - das diferenças anatomosexuais. Assim, por exemplo, dizemos de uma pessoa nascida com útero que ela é uma mulher;

Transgênero: é a pessoa que se identifica com gênero diferente daquele lhe foi atribuído ao nascer. Assim, por exemplo, se uma pessoa nascida com pênis, cromossomicamente XY e sem útero não se identifica como homem nem com os papéis sociais atribuídos ao gênero masculino, provavelmente será uma pessoa transgênera, caso se identifique com o gênero feminino;

Não binário: A pessoa não binária é aquela que não se percebe pertencente a um gênero (masculino ou feminino) exclusivamente. Assim, são pessoas que não têm um gênero, portanto, agêneras. Nessa categoria podem ainda entrar as pessoas Andróginas, Neutrois, Bigêneras, Poligêneras e Gênero fluído.

O que é orientação sexual?

Não é raro confundirmos identidade de gênero com orientação sexual. Assim, cremos que pessoas cisgêneras devam ser heterossexuais, ou seja, encaixarem-se no padrão naturalizado como normal de homem, nascido com pênis e atraído sexualmente por alguém de sexo e gênero oposto, e mulher, nascida com útero/vagina e atraída sexualmente por alguém de sexo e gênero oposto. Mas nem sempre é assim.

A orientação sexual é um conceito que vem recebendo novos significados ao longo dos anos. Quanto mais pesquisas são feitas, mais surgem novas compreen-

¹ Judith Butler, Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

sões acerca da temática.

Suscintamente, define-se orientação sexual como o modo como cada pessoa expressa a sua afetividade e sexualidade (forma de obtenção de prazer e satisfação, genitalizada ou não). Essa expressão pode estar dirigida a outra pessoa, a si mesmo, a objetos, a animais ou não estar dirigida a nada e a ninguém. Nos séculos XIX e XX convencionou-se que eram três as orientações sexuais:

Heterossexual – atração afetiva e sexual por pessoas de sexo e/ou gênero oposto;

Homossexual – atração afetiva e sexual por pessoas de sexo e/ou gênero semelhante;

Bissexual – atração afetiva e sexual por pessoas de ambos os sexos e/ou gêneros.

Até pouco tempo, acreditava-se que a atração sexual se resumia ao sexo, isto é, aos órgãos genitais das pessoas. Assim, cometíamos um erro quando dizíamos que um homem cis que se sentisse atraído por uma travesti ou mulher transgênero fosse homossexual. Isso é errado, pois a atração, nesse caso, se dá pelo gênero que a outra pessoa performa, se identifica, e não pelo genital que ela tem. Logo, contemporaneamente, o paradigma é outro: o gênero é tão determinante quanto o sexo na atração sexual, assim como os aspectos da personalidade de uma pessoa, o contexto cultural, histórico e social, importantíssimos para a construção de fantasias.

No século XXI, a assexualidade também passou a ser compreendida como uma forma de orientação sexual. Por assexualidade compreende-se a tendência a não sentir atração sexual e o desinteresse em relações sexuais. Também a pansexualidade vem se estabelecendo como possibilidade de orientação sexual não desviante. Ela se traduz por atração com ênfase em qualidades e aspectos da personalidade das pessoas, em detrimento do gênero e do sexo.

A normalização da cisheterossexualidade

Em uma sociedade cisheterossexista, a cisheterossexualidade é tida como normal e desejável e todas as pessoas são consideradas cisheterossexuais até que se prove o contrário. Os argumentos que defendem a “naturalidade” da cisheterossexualidade são de base biológica, isto é, a aproximam do comportamento animal crendo-a inata, instintiva e, portanto, não necessitando ser ensinada ou aprendida. Porém, falamos aqui da função reprodutora do comportamento sexual e não da sexualidade, a qual envolve afetos, prazeres, desejos, modos de satisfação, uma vez que seres humanos fazem sexo não apenas para a reprodução mas, mais frequentemente, para o prazer e satisfação.

O cisheterossexismo está institucionalizado nas nossas leis, órgãos de comunicação social, religiões, línguas, artes e cultura. Tentativas de impor a cisheterossexualidade como superior ou como única forma de sexualidade inteligível e positivamente reconhecida são uma violação dos Direitos Humanos e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos¹, tal como o racismo, o capacitismo e o sexismo, e devem ser desafiadas com igual determinação.

Quando seres humanos dizem que algo é “natural”, em oposição a um comportamento “adquirido” por meio de um processo de aprendizagem, geralmente querem dizer que não é possível desafiá-lo nem mudá-lo, e que seria até mesmo perigoso tentar fazê-lo. Trata-se, portanto, de um regime de inteligibilidade dos corpos que, acreditando-se e nos fazendo acreditar que é coerente e natural, justifica a falaciosa ideia de que haja uma correspondência linear entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais. Mas, na verdade, trata-se de um regime político, social, cultural que controla nossas vidas por meio de discursos que tutelam nosso desejo e fazem da cisgeneridade e da heterossexualidade fatos naturais, uma matriz central de normalização e base das relações de parentesco e das auto-atribuições de gênero, produzindo efeitos de abjeção a todas as pessoas que divergem desse padrão.

Porém, as experiências e evidências científicas têm demonstrado que a heterossexualidade, assim como qualquer outra orientação sexual, é tão natural quanto adquirida. O fato de a maioria dos homens e mulheres (cis ou não) se orientarem por ela, por vezes, tem mais a ver com persuasão, coerção e ameaça de ostracização do que com a sua “normalidade” como forma de sexualidade.

Por fim, pouco importa saber a origem das orientações sexuais, afinal, em uma sociedade democrática e de direito, a multiplicidade de orientações sexuais e de identidades de gênero e suas expressões serão sempre naturais e devem mesmo ser incentivadas, para que não repitamos os erros de imposição, validação e inteligibilidade do regime binário cisgênero e heterossexual como norma.

Todavia, vale sempre a pena nos perguntarmos sobre quais contingências nos levam a crer que uma sexualidade e/ou gênero seja superior e/ou mais desejável que outras. Quais estruturas de poder criam e mantêm nossas crenças nessas pseudo-realidades que só servem para reforçar sistemas de desigualdades?

1 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

O que é homofobia?

A homofobia é um conceito criado pelo psicólogo clínico George Weinberg a partir da junção de dois radicais gregos, semelhante e fobia, que descreve os sentimentos aversivos em relação às diversas manifestações afetivas e sexuais entre as pessoas de mesmo sexo e/ou gênero¹.

Todavia, trata-se de um conceito polissêmico e com inúmeras implicações pessoais, sociais e culturais. Assim, podemos entender a homofobia como um sistema de controle das sexualidades e dos gêneros que privilegia a cisheterossexualidade como norma e padrão desejável de normalidade. Desse modo, ela é estruturante das sociedades modernas e sustenta, de modo sistemático, os privilégios do patriarcado, do machismo e do cisheterossexismo, reforçando e legitimando as desigualdades entre os gêneros².

Homofobia internalizada

É praticamente impossível para uma pessoa LGBTQIAP+ não internalizar as mensagens negativas sobre a sua dissidência ao padrão sexual e/ou de gênero cisheterossexual. Inúmeras pesquisas apontam que a LGBTQIAP+fobia produz sentimentos de inferioridade, desesperança e não pertencimento, levando, inclusive, a alto risco de ideações e/ou tentativas de suicídio já na adolescência³. Muitas vezes, a primeira reação da pessoa que se percebe diferente do padrão cisheterossexual é pensar que há algo de errado com ela, por ser diferente da maioria. Ela é levada a crer que ela não é “normal”⁴.

O Conselho Federal de Psicologia do Brasil criou a Resolução CFP 1/99, que orienta psicólogos a não tratarem as pessoas com orientações sexuais e/ou de gêneros diversas das cisheterossexuais como pessoas doentes. Outrossim, a condução do tratamento visando à saúde física e mental da pessoa deve ir no sentido de ajudá-la a compreender que esses sentimentos negativos resultam dos mecanismos de opressão social a que foi exposta, e não de uma sexualidade e/ou gênero patológicos.

1 WEINBERG, George. *Society and the healthy homosexual*. New York: Saint Martin's, 1972.

2 JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades*, vol. 1, nº 1, Natal-RN, jul-dez 2007, pp.145-65.

3 Teixeira-Filho, Fernando Silva; Rondini, Carina Alexandra. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde e Sociedade*. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública, v. 21, n. 3, p. 651-667, 2012.

4 Teixeira-Filho, Fernando Silva; Marreto, Carina Alexandra Rondini; Santos, Elcio Nogueira dos; Mendes, Andressa Benini. Homofobia e sexualidades em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 32(1), 16-33, 2012.

Homofobia interpessoal

A homofobia interpessoal é o comportamento individual baseado na homofobia pessoal¹. Esse ódio e/ou antipatia pode ser expresso por xingamentos, “piadas”, assédio verbal e físico e outros atos de discriminação. A homofobia interpessoal, em seu extremo, resulta em agressões físicas a pessoas LGBTQIAP+ sem outra razão que não a homofobia de seus agressores. A maioria das pessoas expressa suas fobias em relação às pessoas LGBTQIAP+ de maneiras não violentas e mais sutis:

Os parentes, muitas vezes, evitam os membros LGBTQIAP+ da família;

Os colegas de trabalho são distantes e frios para com os colegas LGBTQIAP+;

Os amigos heterossexuais não estão interessados em ouvir sobre os relacionamentos de seus amigos LGBTQIAP+.

Homofobia institucionalizada

A forma mais evidente de manifestação da homofobia institucionalizada é o pressuposto de que todas as pessoas sejam cisgêneras e heterossexuais. Em decorrência disso, as estruturas sociais não refletem as necessidades das pessoas dissidentes dessa pressuposição, reforçando, assim, seus sentimentos de inadequação e de exclusão social.

A homofobia institucional refere-se também às muitas maneiras pelas quais as políticas governamentais, as leis, as empresas, as religiões e as organizações discriminam as pessoas com base na sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Homofobia social e cultural

A homofobia social e cultural tem como base a crença profundamente arraigada de que a homossexualidade, principalmente a masculina, ameaça a estrutura social patriarcal, na qual os valores masculinos predominam. Durante a ditadura, por exemplo, essas crenças deram motivo para a prisão de muitos homens homossexuais por ameaças à moral e aos bons costumes. Desse ponto de vista, o homossexual masculino é identificado com o feminino e, portanto, considerado inferior na escala social, e vice-versa.

¹ Fonte: LGBT Resource Center, 2010.

O que é LGBTQIAP+fobia?

Etimologicamente, a palavra homofobia significa repulsa, aversão, ódio, estigmatização e preconceito contra tudo o que é suposto ser ou se parecer com a homossexualidade em si mesmo (internalizada) ou no outro (projetada). Entretanto, o sufixo homo, para muitos ativistas, representava apenas os homens cis gays. Por isso, na última década, preferiu-se o uso da palavra LGBTQIAP+fobia, pois diversas identidades dissidentes ao padrão cisheteronormativo precisam ser representadas em suas lutas por igualdade de direitos e de existência. Assim, a LGBTQIAP+fobia é uma derivação do conceito de homofobia.

Sinteticamente, como vimos, a homofobia é um sistema de estruturação social que tem a função de disciplinar e controlar as expressões sexuais e de gênero das pessoas, de modo a forçá-las a se encaixarem em parâmetros cisheteronormativos/cisheterossexistas. Tal dominação e opressão não se exerce do mesmo modo para todas as dissidências ao padrão; elas ocorrem de modo interseccional. Isto é, em cada contexto sociocultural em que nos inserimos, somos avaliados e interpretados de modo distinto. Assim, por exemplo, por conta do racismo existente no Brasil, uma pessoa cis, gay, jovem e negra, sofrerá, além da homofobia, o racismo, assim como uma mulher lésbica transexual sofrerá preconceito por ser transgênera, lésbica e mulher.

A violência é, portanto, um fenômeno interseccional: a cada marcador social de diferença encontramos níveis mais ou menos elevados de riscos e de vulnerabilidades às violências e segregações que se acumulam e se sobrepõem às fobias em torno das questões da orientação sexual e de gênero.

Por fim, por derivação, temos que lesbofobia é a opressão dirigida às pessoas lésbicas, gayfobia às pessoas gays, bifobia às pessoas bissexuais, e assim sucessivamente.

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

LGBTQIAP+FOBIA NO BRASIL

MÓDULO 2

LGBTQIAP+FOBIA NO BRASIL

“Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. [...] Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E desta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.”

Pero Vaz de Caminha, Ilha de Vera Cruz, 1 de maio de 1500

Como se pode perceber na narrativa de Pero Vaz de Caminha, os colonizadores que aqui chegaram tinham um propósito régio: dominar as almas, converter os pagãos ao seu sistema de crenças e de vocação espiritual e, conseqüentemente de sexualidade e gênero, já que o catolicismo da época entendia a castidade e a organização homossexual binária como trajetos inequívocos para a ressurreição e a vida eterna nos céus. Os colonizadores não colonizaram apenas as terras dos povos originários, mas também suas mentes, seus corpos, seus sexos. Para exercer esse controle e dominação, trouxeram e implantaram sistemas de opressão, dispositivos de controle das sexualidades disfarçados de formas de “salvamento do pecado”, dos quais descendem a LGBTQIAP+fobia.

Como vimos, a LGBTQIAP+fobia não se exerce da mesma maneira para cada uma das identidades representadas na sigla. Por exemplo, o Brasil é o país onde as pessoas LGBTQIAP+ mais sofrem violência no mundo e, dentre elas, são as travestis e as pessoas transgêneros as que mais são assassinadas. Isso sinaliza que talvez o mais “fóbico” não seja tanto a dissidência de orientação sexual, ou seja, a homo ou a bissexualidade, mas, antes, a dissidência de gênero, o que nos leva a crer que a LGBTQIAP+fobia seja estruturante das sociedades modernas, que têm como ideal de normalidade o binarismo de gênero aliado a uma crença culturalmente criada de que o sexo (macho/fêmea) alinha-se ao gênero (masculino/feminino) que, por sua vez, se alinha à orientação sexual heterossexual e às práticas ativo/passivo.

Mortes de pessoas LGBTQIAP+ no Brasil

Segundo o Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, produzido pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, no ano de 2021 ocorreram 316 mortes LGBT de forma violenta no país, das quais 90,19% foram provocadas por terceiros (285 assassinatos, sendo 262 homicídios e 23 latrocínios), além de 26 suicídios e 5 mortes com outras causas. Em 2020, o total de mortes de pessoas LGBT I+ registradas pelo observatório foi de 237. Portanto, esse índice teve um aumento de 33,33% entre os dois anos analisados. Em ambos os anos, os segmentos mais afetados foram o de homens gays (145 - 45,89%) e mulheres transgêneros e travestis (141 - 44,62%).

Vale ressaltar que, apesar de esse número já representar uma grande perda de pessoas apenas em função de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, há indícios para presumir que esses dados ainda são subnotificados no Brasil.

A pesquisa de 2021 identificou diversos tipos de violência contra pessoas LGBTQIAP+, como agressões físicas e verbais, negativas de fornecimento de serviços e tentativas de homicídio. Apontou, ainda, que esses atos de violência foram perpetrados em diferentes ambientes – doméstico, via pública, cárcere, local de trabalho etc.

Além disso, alguns destaques dos dados divulgados pelo dossiê são:

- 112 vítimas pretas e pardas, 127 brancas;
- 96 vítimas entre 20 a 29 anos;
- 91 mortes por esfaqueamento;
- 83 mortes por arma de fogo;
- 152 mortes em período noturno;
- 10 travestis e mulheres trans e 8 gays cometeram suicídio;
- 116 mortes no Nordeste e 103 no Sudeste.

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

ENFRENTAMENTO À LGBTQIA+FOBIA

MÓDULO 3

ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

Criminalização da homofobia

O reconhecimento legal e judicial dos direitos LGBTQIAP+ no Brasil remonta ao Império. Em 1830, durante o reinado de Dom Pedro I, foi promulgado o Código Penal do Império, que revogou a lei de sodomia herdada de Portugal e vigente até então, a qual proibia atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Com isso, o país foi uma das primeiras nações das Américas e do mundo a abolir uma legislação com esse teor. Entretanto, de lá até aqui pouco se avançou no sentido da criminalização dos comportamentos homofóbicos contra as pessoas LGBTQIAP+.

Diante da ausência de uma lei específica contra a LGBTQIAP+fobia, em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal determinou que os crimes homofóbicos sejam equiparados aos crimes de racismo, para os quais já existe uma lei própria. Com isso, a pena por ato homofóbico pode variar entre 1 e 3 anos, além de multa.

Despatologização das identidades LGBTQIAP+

Como nos lembra o Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP)¹, desde 1973, a Associação Americana de Psiquiatria definiu que a homossexualidade não é nem perversão nem distúrbio mental. E, em 1975, com o apoio da Associação Americana de Psicologia, a homossexualidade foi retirada do rol de transtornos mentais apresentados no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Passados 10 anos, foi a vez de o Conselho Federal de Medicina do Brasil retirar “o homossexualismo” do rol de doenças e, em 17 de maio de 1990, de a OMS remover a homossexualidade do Código Internacional de Doenças. Por fim, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da resolução 01/99, regulamentou eticamente as práticas psicológicas para com as pessoas homossexuais e a homossexualidade, proibindo as atividades de “cura/reversão da homossexualidade”.

Sobre a despatologização das identidades Trans

Em novembro de 2014, o Conselho Federal de Psicologia iniciou uma campanha de conscientização em prol da luta pela despatologização das Identidades Trans e Travestis. Essa ação agrega profissionais da psicologia, pesquisadores, ativistas e pessoas trans e travestis para discutirem a prática e a função da psicologia

1 Para maiores detalhes, acesse <https://despatologizacao.cfp.org.br/28-de-junho-dia-do-orgulho-lgbt/>.

no processo transexualizador, tendo como base os Direitos Humanos e a leitura crítica dos embates ético-estético-políticos contemporâneos em torno da transgeneridade ocorridos no Brasil e no mundo.

Em 29 de janeiro de 2018, o CFP publicou a Resolução nº 01/2018, que impede que o profissional psicólogo utilize-se de técnicas psicológicas visando reforçar preceitos discriminatórios. Ademais, ela veda a participação desses profissionais em eventos e/ou serviços que contribuam para o nascimento de culturas que discriminem as pessoas trans. Essa resolução se sustenta em três princípios: 1) transexualidades e travestilidades não são patologias; 2) a transfobia deve ser combatida; e 3) as identidades de gênero são autodeterminadas.

Por que se comemora o Orgulho LGBTQIAP+ em junho?

Nos Estados Unidos, existe um bar chamado Stonewall Inn que, na década de 1960, foi palco da primeira grande ação de protesto e resistência à força bruta de policiais que puniam as pessoas dissidentes ao padrão cisheteronormativo por se reunirem e expressarem suas orientações sexuais e identidades de gênero. Em 28 de junho de 1969, durante uma dentre as várias batidas policiais (tomem a palavra ao pé da letra), as pessoas LGBTQs ali presentes se revoltaram e os enfrentaram. As manifestações duraram vários dias e receberam o apoio de moradores do bairro, Greenwich Village. Tomadas por um sentimento de inconformidade com o moralismo e a violência, a multidão gritava: “Gay Pride” (Orgulho Gay). Um ano após esse evento, já havia sido criada a Aliança de Ativistas Gays, que organizou jornais e protestos simultâneos por todo o país, dando início às Paradas LGBTQs mundo afora.

No Brasil, a primeira associação de direitos humanos dos homossexuais, o Grupo Gay da Bahia (GGB) surgiu em 1980. Mas foi apenas em 1997, na cidade de São Paulo, que se oficializou a primeira Parada do Orgulho LGBTQ do país.

ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA NA UNIVERSIDADE

Não se cale diante da LGBTQIAP+FOBIA

Seja como pessoa LGBTQIAP+ ou heterossexual, não permita que essa forma de opressão ganhe espaço dentro do discurso acadêmico. Problematize textos homofóbicos em sala de aula. Denuncie atitudes, ações, piadas e ofensas homofóbicas aos Conselhos de Departamento, de Curso, Direção e à Ouvidoria da Universidade.

Apoie políticas de ações afirmativas

Em 2004, em decorrência de longas negociações e diálogos com representantes dos movimentos LGBT, educadores, profissionais da saúde e outros grupos, o Governo Federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia. Desde então, estabeleceram-se diversas formas de promoção de valores e respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, que visam ampliar o acesso e a permanência de pessoas LGBTQIAP+ nas escolas e universidades.

Dentre essas ações, existe o sistema de cotas para pessoas transexuais, que são as mais vulnerabilizadas pela opressão LGBTQIAP+fóbica; a capacitação do corpo docente nas áreas de sexualidade e gênero; e a divulgação de informações científicas, decorrentes de pesquisas, sobre sexualidade humana.

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

BIBLIOTECA

TEXTOS

BIBLIOTECA

Gênero: uma categoria útil de análise histórica

Joan W. Scott

[Clique aqui](#)

Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo

Amana Rocha Mattos; Maria Luiza Rovaris Cidade

[Clique aqui](#)

O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? não! a voz “delus”!

Héliton Diego Lau

[Clique aqui](#)

Diversidades na Universidade

Fernanda Henriques; Juarez Tadeu de Paula Xavier; Leonardo Lemos de Souza

[Clique aqui](#)

Transfobia, Homofobia e Femicídio: políticas de extermínio de grupos sociais

Dánie Marcelo de Jesus; Ana Paola de Souza Lima; Vicente Tchalian

[Clique aqui](#)

Nascidos Livres e Iguais: Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional de Direitos Humanos

Organização das Nações Unidas - ONU Brasil

[Clique aqui](#)

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

MIDIATECA

VÍDEOS E FILMES

MIDiateca

VÍDEOS INFORMATIVOS

Sobre LGBTFobia

Canal Quebrando o Tabu



Saúde Mental, sexualidade, homofobia e suicídio LGBTQIA+

Canal Vita Alere - Prevenção e Posvenção do Suicídio



Como se esconde a LGBTFobia?

Canal HuffPost Brasil



Orientação sexual - Guia Básico #3

Canal das Bee



O que é identidade de gênero?

Canal Preto



Memórias da Ditadura | LGBT+60: Corpos que Resistem

Canal Projeto Colabora



Como aconteceu a 1ª Parada LGBT de São Paulo em 1997?

Canal Põe na Roda



Entenda a história do mês do orgulho LGBTQ+

Canal Descomplica



Trans e travesti é a mesma coisa?

Canal Transdiários



Vidas trans importam!

Canal Preto



MIDIATECA

FILMES

EU NÃO QUERO VOLTAR SOZINHO (2010)

*Sinopse*

A vida de Leonardo, um adolescente deficiente visual, muda com a chegada de Gabriel, um novo aluno em sua escola. O jovem vive a inocência da descoberta do amor e da homossexualidade, ao mesmo tempo em que lida com o ciúme da amiga Giovana.

Clique aqui:

LIBREFLIX

MEGG - A MARGEM QUE MIGRA PARA O CENTRO (2018)

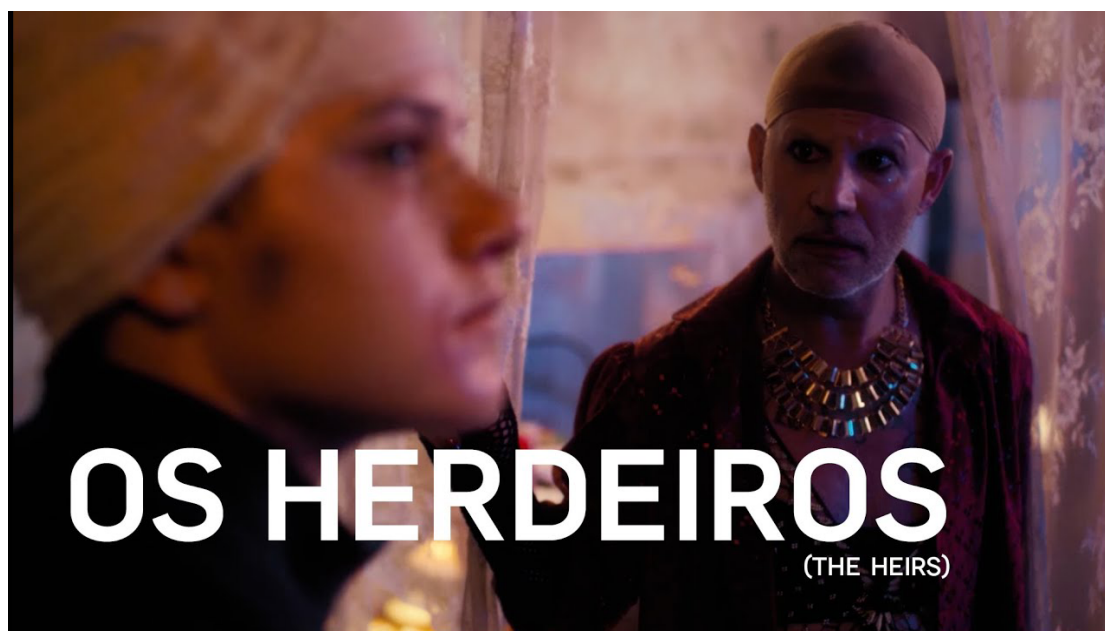
*Sinopse*

Megg Rayara derrubou barreiras para chegar onde chegou. Para ela, seu diploma é um marco importante de uma luta não só pessoal mas, também, coletiva. Pela primeira vez no Brasil, uma travesti negra conquista o título de Doutora. É a margem que migra para o centro, levando toda sua história consigo.

Clique aqui:

LIBREFLIX

OS HERDEIROS (2018)

*Sinopse*

Vicente, um garoto de 14 anos, parte pelo subúrbio de sua cidade para encontrar uma pessoa e, então, fazer a seu recém-falecido pai um último e inesperado favor.



(SOBRE)VIVÊNCIAS (2018)

*Sinopse*

Catorze pessoas contam suas histórias de vida, todas elas atravessadas por experiências de preconceitos de gênero e sexualidade. (Sobre)Vivências é um documentário que busca ampliar as vozes de pessoas LGBTQI e contribuir para a construção de novas ideias frente à forte estigmatização que essa população vivencia na sociedade.

Os relatos cotidianos são intencionalmente explorados com o objetivo de tornar a experiência única e pessoal para cada um que os assiste.



A QUEM RECORRER?

**DENTRO E FORA
DA UNESP**

A QUEM RECORRER?

DENTRO DA UNESP

A Ouvidoria Geral da Unesp é um espaço que promove a efetividade dos direitos humanos e que está à disposição para apoiar e orientar pessoas que tenham dúvidas, busquem ajuda ou queiram denunciar casos de violência ou assédio ocorridos na universidade. Sua identidade estará protegida.

Entre em contato [clikando aqui](#).

A QUEM RECORRER?

FORA DA UNESP

Veja como denunciar [clicando aqui](#).

CURSO
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

SOBRE A AUTORIA

Fernando Silva Teixeira Filho

Doutor em Psicologia

Laura Gragnani Alves

Graduanda em Psicologia - Unesp Assis

Ana Beatriz Santana Ferreira

Graduanda em Psicologia - Unesp Assis

Luiz Henrique Callovi Balarin

Graduando em Psicologia - Unesp Assis

Enrico Barbaresco Rodrigues

Graduando em Psicologia - Unesp Assis

Luana Louize Silva Ferreira

Psicóloga - Graduada em 2021 pela Unesp Assis

Luana Oliveira Santos

Graduanda em Psicologia - Unesp Assis

Marcelo Martins Silva

Graduando em Psicologia - Unesp Assis

Leiza Beatriz Gomes

Psicóloga - Graduada em 2022 pela Unesp Assis

Júlia Martins

Psicóloga - Graduada em 2022 pela Unesp Assis

Alana Carolina Prestes

Psicóloga - Graduada em 2022 pela Unesp Assis

Vinícius Roberto Balbo

Psicólogo - Graduado em 2022 pela Unesp Assis

Augusto da Silva Neves

Graduado em 2022 pela Unesp Assis

Barbara Maria Milaré de Carvalho

Psicóloga - Graduada em 2021 pela Unesp Assis

Isabela Sherazade Santos de Abreu

Graduanda em Psicologia - Unesp Assis

Isadora Dias Payão Ortiz

Graduada em 2022 pela Unesp Assis

CURSO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTQIAP+FOBIA

Realização

